

Outros aspectos das relações de gênero também estão ausentes da política. Em raro estudo sobre candidaturas LGBT, Santos (2016)() analisou perfis de candidatos e candidatas assumidamente LGBT, com ênfase em candidaturas travestis e transexuais. Conforme apurado, a quantidade de candidaturas nesse estrato populacional aumentou de 9 em 2002 a 173 em 2012. Mas, proporcionalmente falando, isso não passou de 0,03% do total de 446.582 candidaturas daquele ano. O autor deu destaque ainda para a predominância do ensino superior em candidaturas LGBT (Santos, 2016).

Por falar em ensino, o grau de instrução aparece em vários estudos como um dos “filtros” para a atividade política. L. F. Campos et al. (2020) () também apontou alta concentração de candidatos com ensino superior em ambos os sexos. Além disso, ter ensino universitário facilita o acesso a recursos de campanha para homens e mulheres, brancos e não-brancos (L. A. Campos & Machado, 2018).

Sobre o lado desprivilegiado dos quocientes eleitorais, cabe ainda destaque aos resultados verificados por Rennó em estudo sobre assimetria informacional nas eleições de 2006: os grupos que têm acesso reduzido à informação são os mesmos que foram historicamente excluídos do acesso a diversos outros recursos no Brasil. O hiato informacional acaba, por fim, beneficiando o já privilegiado grupo de ricos, brancos e homens (Rennó, 2007).

A produção bibliográfica sobre o tema é intensa. Ainda poderíamos nos alongar bastante sobre as questões envolvidas. Mas a reiteração das características aparentemente vantajosas e das desvantajosas, ao que tudo indica, será suficiente para elaborarmos algumas questões para reflexão.

A desigualdade política, no Brasil, começa ao nascer: nascer branco e homem. Ter a cor de pele e o gênero “certos” coloca esse grupo de indivíduos já em relativa vantagem comparativa em relação às demais pessoas. O quadro de desigualdade avança com o passar do tempo, à medida em que se confirma sua heterossexualidade e se acumulam anos de estudo, facilitados por acessos privilegiados a recursos de ensino - os quais poderão mais tarde se converter numa profissão valorizada e numa boa renda.

Homens, brancos, heterossexuais, portanto, têm vantagens comparativas em relação a outros grupos. Segundo essa óptica, eles seriam os favoritos nas interações com o meio social já predominantemente masculino, eurocêntrico, patriarcal e heteronormativo. Os demais grupos terão de lidar com os percalços de suas características específicas e os respectivos desafios colocados pela sociedade. Galgar posições mais altas lhes custará mais do que a seus pares, preferidos do meio.

O sucesso de cada um e sua posição relativa aos demais dependerá do ponto de partida familiar (redes de contatos, riqueza, profissão e formação dos pais, por exemplo), de suas capacidades e esforços pessoais, de decisões acertadas e do contexto imediato.

À primeira vista, a lógica que propomos pode se conformar a dados conhecidos. Por exemplo, o fato de que as mulheres recebem, em média, salários menores que os homens, apesar de terem, em média, maior escolaridade. Eleger um homem demanda menos recursos do que eleger uma mulher. É necessário mais esforço para elas conseguirem um mesmo resultado - assim como elas precisam estudar mais e ainda são retribuídas com menores salários.

Para testar as proposições, ou pelo menos uma parte delas, recorreremos a dados de pesquisa de survey realizada pelo DataSenado em 2014. Precisaremos verificar empiricamente a ocorrência de vantagens reiteradas a favorecer o perfil privilegiado, por um lado, e, por outro, desvantagens impostas aos demais perfis. Se possível, com indicação das condições que os colocam na posição desvantajosa.

METODOLOGIA

Pesquisa (survey)

O DataSenado é o instituto de pesquisa do Senado Federal brasileiro. Foi fundado em 2004 com o objetivo de sondar a opinião pública nacional como insumo para auxiliar a tomada de decisão no processo legislativo. Os dados que analisaremos são oriundos da pesquisa “Mulheres na Política”, realizada por demanda da Procuradoria da Mulher no Senado.

A população pesquisada é composta de cidadãos maiores de 16 anos, residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo.[*À época, por motivos orçamentários, as pesquisas do DataSenado ainda não abrangiam telefones móveis]. A margem de erro geral considerada para a amostra é de três pontos percentuais para mais ou para menos. A coleta ocorreu de 12 de agosto a 03 de setembro de 2014, em 1.091 entrevistas telefônicas.

A seleção dos participantes se deu por meio do método de amostragem (ruben_datasenado_2020?) aleatória estratificada em todos os estágios, com alocação de quantidades de entrevistas proporcional ao tamanho da população em cada Unidade da Federação. Definidas as quantidades de entrevistas a serem realizadas em cada estrato (UF), foram sorteados aleatoriamente números de telefones fixos extraídos do cadastro oficial da Anatel. Nesse cadastro, constam todos os números de telefone do país. Ou seja, todas as pessoas com acesso a telefone fixo tiveram probabilidade de fazer parte da amostra, que foi ponderada a posteriori segundo distribuição de sexo e idade por UF com base na PNAD [ibge_pnad_2012].

Após o sorteio, os números selecionados foram dispostos em ordem aleatória e as ligações telefônicas iniciaram. A interlocução com os participantes foi feita por equipe especificamente treinada de pesquisadores. Esses, após atendimento e autorização dos participantes, realizavam as entrevistas e efetuavam a marcação de respostas em sistema de interface computacional (Computer Assisted Telephone Interviewing).

O processo de discagem se repetia até que em cada UF se atingisse o número de respondentes definidos a priori no cálculo da amostra, segundo o critério de proporcionalidade. Equipe de analistas do DataSenado supervisionou a aplicação dos questionários. Foram verificadas e validadas 20% das entrevistas.

Variáveis: definições e codificação para análise

Para o presente estudo, as variáveis do survey do DataSenado passaram por transformações a partir das respostas de cada indivíduo observado na amostra. Em geral, adotou-se o formato de variáveis binomiais, que assumem valor “1” para as características relevantes ao estudo.

Assim, as categorias que servem de base para comparação assumem valor 0 (facilitando correspondência com a hipótese H0, de que ter dada característica não faz diferença em nossa variável resposta). Já as categorias assinaladas com valor “1” são aquelas de interesse do estudo, cuja relação com a variável resposta testaremos para saber se parece viável rejeitar H0.

▼ Código

```
```{r}
Thiago Cortez Costa
```